

ENTE: São Roque do Canaã**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã**TIPO DE CONTA:** Contas de Gestão**EXERCÍCIO:** 2023

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONTROLE INTERNO								
Nível de Estruturação do CI	Quantidade Total de Servidores do CI	Quantidade Servidores Efetivos do CI	Quantidade Servidores Contadores do CI	Normas Internas Gestão Orçamentária [Leg 1]	Normas Internas Gestão Financeiras [Leg 1]	Normas Internas Gestão Patrimonial [Leg 1]	Normas Internas Gestão Fiscal [Leg 1]	Normas Internas Escrituração e Demonstrações Contábeis [Leg 1]
Unidade Central	1	0	0	1	1	1	1	1

Leg 1:
1 - Existem somente os normativos;
2 - Existem normativos e fluxos desenhados;
3 - Existem normativos, fluxos e são de amplo conhecimento de toda a administração envolvida no Processo;
4 - Não existem normas internas definidas no âmbito desta temática.

INFORMAÇÕES GERAIS DA UG						
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Responsável	Último Exercício Avaliado pelo CI	Opinião do CI sobre os Procedimentos Aplicados da UG	Fato relevante relatado no RELACI - ciência TCEES	Assunto principal - fato relevante relatado no RELACI
068E0700001	Unidade Central			Regular	Não	

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	1.1.1	Quantitativo	Conforme o Balanço Orçamentário a previsão de arrecadação na inicial era de R\$ 67.783.466,31, a previsão atualizada da arrecadação da receita era de R\$ 72.091.289,66 e a receita realizada no período foi de R\$ 81.307.002,92. Tendo assim, um valor arrecadado superior ao estimado em R\$ 9.217.713,26. Quanto à atuação do Município no combate à sonegação e as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judiciais, são realizados através de inscrição em Dívida Ativa. Acompanhou-se durante o exercício de 2023 a dívida ativa do Município de São Roque do Canaã. LC 101/2000 - art. 58	12,00	12,00	Valores Monetários	Foram analisados a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023, o balanço patrimonial do exercício de 2023 e os documentos relativos ao acompanhamento da inscrição em dívida ativa, e foram conferidos os valores no balancete orçamentário da receita	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.1.2	Qualitativo	O município não realiza despesa sem prévio empenho. Lei 4320/64 art. 60	0,00	0,00	Unidades Físicas	O município não realiza despesa sem prévio empenho.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.1.3	Qualitativo	Verificação de recursos para Câmara de acordo com o artigo 20 da LRF - CF/88 art. 168	0,00	0,00	Valores Monetários		Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.2.1	Quantitativo	Artigo 40 CF /88 LRF ARTIGO 69 LEI 9717/1998 - ART. 1º LEI 8.212/91 DESPESAS REGULARES	12,00	12,00	Valores Monetários	Foi analisado o exercício de 2023.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2023**

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	1.2.2	Quantitativo	O recolhimento da Contribuição normal ao INSS deve ocorrer até o dia 20 do mês seguinte àquele a que se refere a contribuição e a do 13º salário até o dia 20 de dezembro. Com base nas informações extraídas do Sistema informatizado de execução orçamentária e contábil do município, verifica-se o cumprimento do item ora analisado, ou seja, todos os repasses foram feitos tempestivamente. CF/88 ART. 40 LRF ART. 69 LEI 9717/1998 ART. 1º LEI 8212/91	13,00	13,00	Valores Monetários	Foram analisados os repasses previdenciários dos 13 (treze) pagamentos efetuados durante os 12 meses de 2023.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.2.3	Quantitativo	CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO 40 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ARTIGO 69 LEI Nº 9717/98 - ARTIGO 1º LEI 8212/1991 REGULAR POIS NÃO HOUVE ATRASO NO PAGAMENTO	12,00	12,00	Valores Monetários	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIES REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2023.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.2.4	Quantitativo	Após análise é imperioso consignar que a retenção das contribuições previdenciárias foi feita e o repasse ao órgão responsável pelo Regime Geral de Previdência dos servidores, foi efetuado tempestivamente. CF/88 ART. 40 LRF ART. 69 LEI 9717/1998 ART. 1º LEI 8212/91	12,00	12,00	Valores Monetários	Foram analisadas as demonstrações contábeis relativas ao pagamento de pessoal, bem como a retenção da contribuição previdenciária e repasse ao INSS.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã**TIPO DE CONTA:** Contas de Gestão**EXERCÍCIO:** 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	1.2.5	Qualitativo	O MUNICÍPIO NÃO REALIZOU PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS. CF/88 ART. 40 LRF ART. 69 LEI 9717/1998 ART. 1º LEI 8212/91	0,00	0,00	Unidades Físicas	O MUNICÍPIO NÃO REALIZOU PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.2.8	Qualitativo	O MUNICÍPIO NÃO REALIZOU PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS. LRF	0,00	0,00	Unidades Físicas	O MUNICÍPIO NÃO REALIZOU PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.	Outros	1
068E0700001	Unidade Central	1.3.1	Quantitativo	Comparando-se os termos de inventário anual com os inventários anuais sintéticos tem-se as seguintes constatações: A compatibilidade com saldos contábeis e dos inventários, considerando-se regular tal item. CF/88 ART. 37 LEI 4320/64	12,00	12,00	Valores Monetários	Foram analisados os Termos Anuais de de Inventários e o Registro Anual de Bens.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	1.3.2	Quantitativo	O inventário dos bens patrimoniais foi concluído. Os bens de natureza permanente receberam números sequenciais através de plaquetas de identificação. Todos os bens móveis e imóveis têm suas respectivas notas fiscais ou outro documento de respaldo para tombamento do bem, como por exemplo: termo de doação, desapropriação, etc. Desse modo considera-se regular tal ponto de controle, visto que os registros dos bens estão sendo feitos e há servidor nomeado pelo decreto número 6.778/2023 para o cargo de Administrador de Patrimônio e Almoxarifado. LEI 4320/64	12,00	12,00	Valores Monetários	Foi analisado o inventário de bens patrimoniais e os registros contábeis dos bens móveis, imóveis, intangíveis de de almoxarifado.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.3.3	Quantitativo	Conforme a análise ao termo de verificação das disponibilidades da Prefeitura Municipal, conclui-se que o referido ponto de controle está regular, visto que as disponibilidades financeiras encontram-se em Instituições Financeiras Oficiais. LC 101/2000 CF/88	0,00	0,00	Valores Monetários	Foi analisado o termo de verificação das disponibilidades do exercício de 2023.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã**TIPO DE CONTA:** Contas de Gestão**EXERCÍCIO:** 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	1.3.4	Qualitativo	Após análise das demonstrações contábeis do exercício de 2023, é possível concluir que as mesmas evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas corrente e aplicações financeiras, confrontando tais valores com os extratos bancários no final do exercício 2023. LEI 4320/64	0,00	0,00	Unidades Físicas	Foram analisadas as demonstrações contábeis do exercício de 2023.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.3.5	Qualitativo	FORAM ANALISADOS OS RELATÓRIOS DE FECHAMENTO MENSAL DE DÍVIDA ATIVA DOS MESES DE JANEIRO, JULHO E DEZEMBRO DE 2023. LEI 4320/64	12,00	3,00	Valores Monetários	FOI VERIFICADO QUE OS VALORES EXISTENTES NA CONTABILIDADE CONFEREM COM OS VALORES EXISTENTES NO SISTEMA TRIBUTÁRIO.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Seleccionada	Unidade da Amostra Seleccionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	1.3.6	Qualitativo	O município realiza a cobrança regular. Se faz necessária a regulamentação da Lei Complementar 001/2021 em relação à cobrança extrajudicial. Quanto à cobrança judicial, o município não encaminhou nenhuma cobrança tendo em vista que não existem CDA's (Certidões de Dívida Ativa) com valor suficiente para ajuizamento, conforme prevê o Art. 432 DA LC 001/2021 que estabelece o limite mínimo de 950 VRTE R\$ 4278,04. O saldo inicial do exercício de 2023 é o saldo final do exercício de 2022 no valor de R\$135.123,88 Inscrição até o final do exercício R\$3022,69. Atualizações de dívida = R \$ 15312,09 Dívida Cancelada = R\$ 9059,00 (lançamento indevido) Pagamento= R\$13.159,06 Saldo Final no Exercício de 2023 (dezembro) = R\$ 131.240,60	12,00	12,00	Valores Monetários	Foi analisado o Lançamento mensal da Dívida Ativa de janeiro à dezembro de 2023.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.4.1	Qualitativo	Foi analisado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO de cada bimestre no exercício de 2023 - Anexo VIII e constatamos que o município ultrapassou o limite mínimo de : Fundeb 91,81% MDE 29,95% CF/88 - ART. 212 LEI 9394/96 - LDB - ART. 69	6,00	6,00	Valores Monetários	Foi analisado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO de cada bimestre no exercício de 2023.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	1.4.2	Qualitativo	Esta controladoria verificou que foi aplicado 91,81% % do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação. CF/88. ART. 60 , INCISO XII	6,00	0,00	Valores Monetários	Análise do Anexo VIII publicado no site do município e o relatório resumido da execução orçamentária extraído	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.4.3	Qualitativo	Verificamos que o município atendeu aos limites exigidos pelo artigo 70 da Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases.	0,00	0,00	Valores Monetários	Foram analisadas as demonstrações contábeis relativas as aplicações na área de educação.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.4.4	Qualitativo	Verificamos que o município teve um percentual de 23,02 % de aplicação de receita de impostos e transferências constitucionais e legais .	6,00	6,00	Valores Monetários	Foram analisados os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - RREO - Anexo XII publicados no site do Município, bem como o anexo do sistema SIOPS.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.4.5	Qualitativo	Verificamos que o município aplicou 23,02% em saúde, ultrapassando os 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos a que se referem o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o §3º do art. 159, da Constituição Federal. LEI COMPLEMENTAR 141/2012	6,00	6,00	Valores Monetários	Foram analisadas as demonstrações contábeis do exercício, balancetes , e o anexo XII - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	1.4.6	Quantitativo	Ao considerar os relatórios de gestão fiscal emitidos em cada semestre do ano de 2023, é possível avaliar que todas as despesas com o pessoal foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. Impede consignar que não foram efetuados gastos com mão de obra terceirizada para a substituição de servidor. Assim, considera-se regular o ponto de controle analisado. LC 101/2000	12,00	12,00	Valores Monetários	Foram analisados Relatório de Gestão Fiscal emitidos em cada semestre no ano de 2023.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.4.7	Qualitativo	O município não atingiu o limite mínimo prudencial. LC 101/2000	12,00	12,00	Valores Monetários		Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	1.5.1	Qualitativo	Documentos e relatórios que integram a PCA, ou seja: os demonstrativos, balancetes , arquivos xml.	0,00	0,00	Unidades Físicas	Balancetes, demonstrativos, relatórios gerados para o envio Prestação de Contas Anual.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.1.1	Qualitativo	Após a análise da Lei 1038 de 19 de julho de 2022 - Lei que DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, é possível constatar que a LDO é compatível com o PPA (Plano Plurianual) aprovado para o período de 2022 à 2025. Art. 5º, § 2º Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, estão estipulados do Plano Plurianual e identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação. Art. 14 Em atendimento ao disposto no art. 45, da Lei Federal Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, a inclusão de projetos na lei orçamentária anual estará baseada nos programas estabelecidos no plano plurianual observadas as prioridades a que se refere esta lei.	12,00	12,00	Valores Monetários	Análise da Lei 996 de 17 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Plurianual 2022-2025. Lei 1038/2022 - Lei que DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.1.2	Qualitativo	Considerando o art. 13 da Lei nº1038 de 19 de julho de 2022 é possível aferir que tal lei contém dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, conforme o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. LC 101/2000	12,00	12,00	Valores Monetários	Foi analisada a Lei 1038/2022 de 19 de julho de 2022.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.1.4	Qualitativo	A lei 1038/2022 prevê dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas. Após análise da LDO (Lei nº 1038 de 19 de julho de 2022) para o exercício de 2023 foi possível inferir que ela dispõe de tais condições e exigências, que encontram-se nos artigos 19 e 20. Assim, considera-se cumprido tal ponto de controle. LC 101/2000	12,00	12,00	Valores Monetários	Foi analisada a LDO para o exercício de 2023 - Lei 1038 de 19 de julho de 2022.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.1.5	Qualitativo	Após a devida análise da Lei nº 1038 de 19 de julho de 2022 - LDO aprovada para o exercício, foi possível concluir que tal item encontra-se cumprido, a saber: I - METAS FISCAIS A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), estabelece, em seu artigo 4º, §§ 1º e 2º, que integrara a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais (AMF). Em cumprimento a essa determinação legal, o referido anexo inclui os seguintes demonstrativos: a) Demonstrativo I: Metas Anuais (LRF, Art 4º, § 1º) - Estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes Além disso, tais metas encontram-se dispostas nas tabelas anexadas à referida lei. CF/88 - ART 167	12,00	12,00	Unidades Físicas	Foi analisada a Lei nº 1038 de 19 de julho de 2022 - LDO aprovada para o exercício de 2023	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.1.6	Qualitativo	Em análise ao Relatório resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre de 2023, identificamos que o município atingiu a meta estabelecida na LDO.	12,00	12,00	Unidades Físicas	Em análise ao Relatório resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre de 2023, identificamos que o município atingiu a meta estabelecida na LDO.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.1.7	Qualitativo	05 - AVALIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS CAPAZES DE AFETAR AS CONTAS PÚBLICAS (Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000). Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei 1038/2022 contem o Anexo de Riscos Fiscais, onde devem ser avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas. Há a possibilidade das receitas não se comportarem durante o exercício conforme a previsão, em função dos desvios que possam vir a ocorrer em relação aos parâmetros utilizados para sua estimativa. Entre os riscos que podem influenciar diretamente no cumprimento das metas previstas, encontra-se o comportamento das principais variáveis econômicas, com eventuais alterações no cenário econômico considerado afetado por motivações internas e externas, podendo ter impacto importante na arrecadação das receitas e cortes no repasse de transferência voluntária da União e do Estado.	12,00	12,00	Valores Monetários	Análise da Lei 1038/2022. Lei de Diretrizes Orçamentárias.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.1.8	Qualitativo	Após análise da Lei nº 1038/2022, Art. 2º, § 3º: Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º, § 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais para o Exercício de 2023, estão identificados nessa lei em conformidade com a Portaria- STN. Ademais, analisando as tabelas anexas à referida lei, considera-se cumprido tal item.	12,00	12,00	Unidades Físicas	Análise da Lei 1038/2022 - LDO	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.1.10	Qualitativo	Analisando tais leis e comparando seus dispositivos, foi possível concluir que a Lei Orçamentária Anual encontra-se em compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual do exercício de 2023, estando regular tal ponto de controle. CF/88 ART. 165 §7º	12,00	12,00	Valores Monetários	Foram analisados a Lei de Diretrizes Orçamentárias o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 Lei 1057/2022.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.1.12	Qualitativo	Foi verificada a Lei 1038/2022 no demonstrativo 7 e foi identificado que para a modalidade de redução de alíquota ou mudança da base de cálculo, a medida de compensação atendeu ao que diz o art. 14 da LRF Quanto à modalidade isenção, o valor referente a isenção não foi computado na previsão de arrecadação . LC 101/2000 E CF/88	12,00	12,00	Unidades Físicas	Foi analisada a Lei 1038/2022 e seus demonstrativos. e a Lei 1057/2022 - LOA	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã**TIPO DE CONTA:** Contas de Gestão**EXERCÍCIO:** 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.1.13	Qualitativo	A LDO em seu artigo 5º prevê que a LOA conterá previsão para dotação de contingência identificada pelo código "9" no valor mínimo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o Exercício de 2023, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. O valor estabelecido para reserva de contingência foi de R\$450.000,00 conforme estabelecido na LOA para 2023.	12,00	12,00	Unidades Físicas	Foram analisadas as Leis 1038/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual 1057/2022 ambas referentes ao Exercício de 2023.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.1.16	Qualitativo	Conclui-se que tal item foi cumprido visto que logo após a publicação da LOA o decreto número 6.198/2023 tratou das metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma do desembolso para o exercício financeiro de 2023. LC 101/2000	0,00	0,00	Valores Monetários	Foi analisado o decreto nº 6.198 que DISPÕE SOBRE AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.1.17	Qualitativo	Após a análise das formas e meios de participação popular na elaboração das Leis Orçamentárias, além da realização das audiências públicas foi possível concluir que tal item foi cumprido durante o exercício de 2023. L101/2000	0,00	0,00	Unidades Físicas	Decreto nº 6.316/2023	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.2.1	Qualitativo	Análise do RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Sexto Bimestre de 2023. LC 101/2000	12,00	12,00	Unidades Físicas	Análise RREO.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.2.2	Qualitativo	Foi analisado os procedimentos de instituição e lançamento dos impostos MUNICIPAIS, sendo eles o Imposto Predial e Territorial Urbano, ITBI - Imposto sobre A Transmissão Intervivos, bem como o ISSQN - Imposto sobre serviço de Qualquer natureza, de forma variável e fixa (escritórios de Contabilidade, autônomos), de acordo com o que está estabelecido na Lei complementar 001/2021. LC 101/2000	12,00	12,00	Valores Monetários	O município realiza a instituição, previsão e a arrecadação dos Impostos de pertinência municipal, conforme previsto na LC 001/2021 - Código Tributário Municipal e suas devidas alterações.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã**TIPO DE CONTA:** Contas de Gestão**EXERCÍCIO:** 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.2.3	Qualitativo	Analisando a Lei nº 1038/2022 - LDO para exercício de 2023, percebe-se que o anexo de metas fiscais possui os seguintes dispositivos: AMF - DEMONSTRATIVO VII : Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF - art. 4º, §2º, inciso V) - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique em redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado; " prevendo, desse modo a renúncia de receita para o exercício correspondente e para os dois seguintes, além disso estabelece como medida de compensação - "O VALOR REFERENTE A ISENÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO NA PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS." e "Art. 14 da LRF - estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes"	0,00	0,00	Valores Monetários	Analisou-se a Lei nº 1038/2022 , LDO para o exercício de 2023.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.2.5	Qualitativo	Em relação à lei complementar 004/2023 não houve fato gerador. Já em relação à Lei complementar 005/2023, houve fato gerador. Foram analisados os Relatório de renúncia de Receita - DEMRE E DEIMU. CF /88 - ART 150 §6º LRF LC 101/2000	12,00	12,00	Valores Monetários	Foram sancionadas as Leis Complementares nº 004 e 005/2023 .	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.2.6	Quantitativo	FORAM CONCEDIDAS AS SEGUINTE RENÚNCIAS , CONFORME APURADO PELOS DEMONSTRATIVOS EXTRAÍDOS DO SETOR DE TRIBUTOS - DEMRE E DEIMU. ISENÇÃO DE CARÁTER NÃO GERAL - ART. 41 DA LC 001/2021 - INCISO III = R\$1315,19 ISENÇÃO DE CARÁTER NÃO GERAL - ART. 41 DA LC 001/2021 - INCISO IV E V = R\$ 112,28 REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO - ART. 296 DA LC 001/2021 E ART. 1º DA LC 002/2022 E ART. 1º LC 005/2023 = R\$ 3222,06 IMUNIDADE RECÍPROCRA MUNICIPAL = R\$7461,17 IMUNIDADE RECÍPROCA ESTADUAL = R\$ 1268,91 IMUNIDADE DE TEMPLOS = R\$2229,10 CF /88 ART.37	12,00	12,00	Valores Monetários	FORAM ANALISADOS OS DEMONSTRATIVOS DE RENÚNCIA DE RECEITA .	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã**TIPO DE CONTA:** Contas de Gestão**EXERCÍCIO:** 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.2.13	Qualitativo	Após a análise foi possível concluir que consta na LOA autorização para abertura de créditos adicionais para o exercício de 2023 a saber: Art. 6º. Fica autorizado a abertura de créditos adicionais suplementares para o Poder Legislativo e Poder Executivo até o limite de 30% (trinta por cento), do total da despesa fixada, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso I e artigo 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, não onerando este limite a abertura de crédito suplementar que tenha como fonte de recurso a anulação total ou parcial da dotação de reserva de contingência, quando destinado a reforçar dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, respeitando o estabelecido no § 5º do artigo 5º da Lei 1.070/2023 (LDO). Art. 7º. Ficam autorizados e excluídos do limite previsto no caput do artigo 6º desta Lei os créditos adicionais suplementares. (Vide Art. 7º) Considera-se regular tal ponto de controle. CF/88	0,00	0,00	Valores Monetários	Foi analisada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 além da Lei Orçamentária Anual.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.2.14	Quantitativo	Após análise conclui-se que os créditos adicionais foram abertos mediante a edição de decreto pelo chefe do poder executivo municipal, estando regular ao ponto de controle. LEI 4320/64	0,00	0,00	Unidades Físicas	Foi analisado o demonstrativo de créditos adicionais abertos no exercício de 2023.	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.2.22	Qualitativo	Conforme o artigo 48 - A, "Art. 48-A Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: I - quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; II - quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários." Assim, analisando as informações disponibilizadas no Portal de Transparência na Aba de Receitas e Despesas é possível as informações de receitas e despesas atualizadas. LC 101/2000	0,00	0,00	Unidades Físicas	Foi analisada a LRF e o portal de transparência da Prefeitura Municipal .	Análise documental	1

ENTE: São Roque do Canaã

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
068E0700001	Unidade Central	2.2.24	Quantitativo	ANÁLISE DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO E DEMAIS DOCUMENTOS . LC 101/2000 ART. 50 NBCTSP - EC c/c / NBC-T 16	6,00	6,00	Valores Monetários	ANÁLISE DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO E DEMAIS DOCUMENTOS .	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.2.25	Qualitativo	Foram analisadas as publicações bimestrais do RREO. LC 101/2000 - ART. 52 A 55	6,00	6,00	Valores Monetários		Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.2.28	Qualitativo	Foram identificados alguns processos que não foram pagos na ordem cronológica. Os mesmos estavam aguardando regularizações de competência dos beneficiários para que o pagamento fosse efetuado. LEI 8666/1993 / CF /88	0,00	0,00	Unidades Físicas	Foi analisado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Análise documental	1
068E0700001	Unidade Central	2.2.30	Qualitativo	O MUNICÍPIO ATENDEU AOS REQUISITOS LEWI COMPLEMENTAR 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ARTIGO 15 c/c COM ALEI 4320/1964.	0,00	0,00	Valores Monetários	O MUNICÍPIO ATENDEU AOS REQUISITOS LEWI COMPLEMENTAR 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ARTIGO 15 c/c COM ALEI 4320/1964.	Análise documental	1

Leg 2:

- 1 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções
2 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções relevantes, constatando oportunidades de melhorias do controle
3 - Procedimento aplicado com constatação de distorções que ensejam risco grave e necessidade de correções.

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS REALIZADAS										
Existem Tomadas de Contas Especiais instauradas?	Unidade Gestora Avaliada	Tipo de Tomada de Contas Especial	Processo Administrativo TCE	Data Evento/Ciência pela Autoridade Competente	Data de Instauração da TCE	Data de Envio da TCE ao TCEES	Fato Motivador da TCE [Leg 3]	Valor Original do Débito	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas - não encaminhadas ao TCEES [Leg 4]	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas - encaminhadas ao TCEES [Leg 5]
Não										

ENTE: São Roque do Canaã**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2023**

Leg 3:

- 1 - Omissão no dever de prestar contas ou a não comprovação da correta aplicação de recursos repassados mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere;
- 2 - Ocorrência de desfalque, alcance, desvio, desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos;
- 3 - Ocorrência de extravio, perda, subtração ou deterioração culposa ou dolosa de valores e bens;
- 4 - Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário;
- 5 - Concessão irregular de quaisquer benefícios fiscais ou de renúncia de receitas de que resulte dano ao erário.

Leg 4:

- 1 - Aguardando o início da instrução;
- 2 - Em instrução dentro do prazo;
- 3 - Em instrução fora do prazo;
- 4 - Finalizada – Dispensado o encaminhamento ao TCEES – art. 9º, IN 32/2014;
- 5 - Finalizada - Arquivada antes do encaminhamento ao TCEES – art. 10, IN 32/2014;

Leg 5:

- 1 - Finalizada - Aguardando deliberação do TCEES;
- 2 - Com decisão do TCEES pela condenação ao ressarcimento / Sem baixa da responsabilidade pelo débito;
- 3 - Com decisão do TCEES pela baixa da responsabilidade pelo débito – art. 20, da IN 32/2014);
- 4 - Em complementação de informações, após retorno determinado pelo TCEES – art. 15, IN 32/2014.